

## **Ativação de redes como política de produção coletiva: uma proposta de dispositivos de ação para inclusão digital**

Dalton MARTINS, Doutorando em Ciências da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo

Isis Lima SOARES, Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo

**Resumo:** A construção de um programa de inclusão digital explícita em suas escolhas as formas e modos de se fazer uma política. A maneira de organizar um telecentro, seja do ponto de vista técnico ou social, os meios de produzir processos formativos, a forma de referenciar seus usuários e o uso das tecnologias de conectividade pautam como o espaço pode ser apropriado, permitindo ou não o alargamento de uso inicial para múltiplas formas de uso. Uma política de inclusão digital pode alargar seu referencial para além do acesso a tecnologia e dos tradicionais cursos de introdução a recursos técnicos, quando passa a considerar os usos que uma plataforma de conexão em rede pode trazer para uma ação de inclusão. Refletir o efeito que as escolhas de como conduzir os processos de gestão do programa impactam em suas condições de possibilidades de ação, propor dispositivos de gestão que possam ser apropriados e implantados em programas que se proponham a atuar a partir da perspectiva de ativação de redes de conversação de seus participantes é a proposta do presente artigo.

**Palavras-chave:** inclusão digital, ativação, redes sociais, colaboração, política pública.

## 1. Ativação de redes e inclusão digital

Falar de inclusão digital, pensar a inclusão digital no âmbito de uma política pública é criar tecido para relacionar toda uma ecologia de ações, processos de tomada de decisão, gestão de recursos, métricas de acompanhamento e avaliação, espaço para o inusitado e emergência do novo, enfim, é pensar o computador como um elemento ativador de redes de redes, disparador de novos encontros, conversas e emergências de grupos por afinidades, adesão a desejos subjetivos, é pensar em criar campos, espaços públicos para apropriação de tecnologia como ativadora de imaginários.

Segundo Hernani Dimantas (2009), “existe uma lógica subliminar no processo de inclusão digital, que, muitas vezes, fica obscurecida pelo trabalho cotidiano. Projetos de inclusão digital estão focados nos computadores. Não como ferramentas. Mas como centro de acesso à informação. Para entrar fundo neste debate, temos que dissociar a ferramenta do seu fim, redes são formadas por sinapses entre pessoas. E não pela utilização do computador. As pessoas estão em primeiro plano. E daí, podemos imaginar e elucubrar ferramentas para a formação de redes. Dessa forma, digo, que rede tem um espectro mais abrangente do que, somente, o mundo conectado. Está presente em qualquer expressão do relacionamento humano. O computador vem, apenas, facilitar a interatividade entre as pessoas. Aumentando a exposição do sujeito e catalisando inteligências ou as competências.” Por trás do computador, as pessoas. Perspectiva que permite lançarmos novas lógicas de organização e perspectivas de produção de uma política pública de inclusão digital que amplie seus limites para além das questões que levam ao acesso ao mundo digital, mas se perceba como uma política produtora de possibilidades de conexão entre pessoas, como estrutura viabilizadora de redes de conversação e que pauta, de uma certa forma, os modos como as pessoas se apropriam da tecnologia a partir daquilo que o programa opera como sendo seu foco de ação.

O programa de inclusão digital se torna, dessa forma, a estrutura organizacional pública que viabiliza e dá sustentação para a apropriação da tecnologia através da implantação de infra estrutura física (computadores, móveis, cabos, roteadores), infra-estrutura lógica (software, banda larga) e a possibilidade de uso dessa infra-estrutura para livre acesso e livre circulação da informação em rede, ampliando as possibilidades de conexão entre pessoas.

É a partir das escolhas de como gerir essa estrutura de livre acesso e circulação da informação que as políticas públicas de inclusão digital são meios capazes de potencializar e dar visibilidade às rede sociais, a novas formas de organização social, representatividade, participação pública, bem como promover a democratização a instrumentos de produção e acesso ao conhecimento.

Explicitar conceitos que servem como meios estruturantes para construção de um programa

de inclusão digital é fundamental como primeiro passo. As escolhas de como um programa irá operar, de seus modos de fazer gestão e na maneira como irá organizar instâncias produtoras de seu fazer político influenciará os limites e possibilidades de atuação. Pensar inclusão digital não é apenas capacitar para uso técnico de ferramentas e equipamentos, mas sim, e antes, fomentar redes que aumentam a capacidade de afetar e ser afetado pelo contato com outros. O aumento do grau conectivo das redes está estreitamente relacionado com a capacidade de ser afetado, de ser convocado ao encontro de seus integrantes.

Ao mesmo tempo, apostar na apropriação das ferramentas e instrumentalização voltada para a tecnologia como articuladores de rede tem se mostrado insuficiente: espaços caprichados de conteúdo e tecnologia, como sistemas de Ensino à Distância, portais, sites corporativos, não são tão visitados quando não oferecem recursos para que o gerenciamento seja feito pelos próprios usuários, com a colaboração na produção dos conteúdos disponíveis. Redes que emergem espontaneamente acabam por efetivar com muito mais intensidade os valores daquilo que tem se chamado de inteligência coletiva, ou seja, a circulação e a multiplicação de ideias no coletivo. Uma rede pode ser vista como um disparador de processos de troca de conhecimentos e produção conjunta de mundo, em que todos os atores têm um papel singular e fundamental, todos contribuem para a construção de um plano de trocas tornando possível uma democratização da informação e produção de conhecimento. Nesse sentido, o trabalho em rede lança um desafio que vai além da detecção, análise e mapeamento dos dados que o constituem e dão visibilidade a essa rede. A principal busca é no sentido de entender como fomentar redes, como possibilitar-promover a sinergia entre indivíduos.

Mais do que isso, se entendemos que um dos papéis de uma política pública de inclusão digital é facilitar a promoção de redes, é facilitar essa promoção a partir de uma perspectiva que entenda que uma rede só emerge livre quando seus membros se colocam não como um grupo-assujeitado, mas sim como um grupo-sujeito não submetido a regras externas, com poder de fala irruptiva em uma ação transgressora dos significantes sociais dominantes e das regras de assujeitamento (Passos, 2007).

O principal fundamento nesta direção é uma noção de que o conhecimento é uma construção social e de que a aprendizagem está centrada na construção do conhecimento dentro dos espaços de relação com os quais interagimos. O conteúdo não está pronto: ele será organizado a partir das interações dos vários atores implicados em resolver problemas e debater questões relevantes para o grupo. A participação de uma pessoa na resolução coletiva de uma situação problema pode modificar seu entendimento sobre ele (Programa de Capacitação Continuada, LIDEC - Acesa São Paulo, 2008).

Na busca de ampliar a compreensão sobre a expansão e a produção nas redes sociais, partimos da noção de que o produto do trabalho cognitivo é sempre a resultante de um processo intangível e que envolve pelo menos três dimensões: cognitiva (conhecimento), a comunicacional (informação) e afetiva (cuidado) (Hardt e Negri, 2005). O entendimento destas três dimensões pode ser capital para uma boa estratégia de relação com os atores de um programa de inclusão digital, pois esclarece que ativar redes inclui a busca pela partilha de informações, pela construção coletiva de conhecimento, e também a conexão afetiva, a busca por contato (Costa, 2008).

Com o advento das redes conectivas em grande escala, um dos valores que emergiram como exigência deste trabalho é a colaboração. Todos esperam uma atitude colaborativa, pois sabem da extrema interdependência que o trabalho em rede comporta. Porém, uma atitude colaborativa perde muito de sua potência se conquistada como um imperativo moral de comportamento, como exigência de conduta apropriada. Interessa-nos uma atitude colaborativa que emerja do interesse genuíno do investimento nas relações entre as pessoas, um interesse que se consolida na profunda compreensão da interdependência de todos os seres envolvidos e dos papéis da rede.

Vemos o espaço de telecentro como um espaço de relações, um espaço ocupado por papéis que vão ser exercidos e mutuamente realimentados: o monitor e os usuários. Formar, capacitar, no entendimento dessa visão, é criar um contexto, um espaço reflexivo que permita visualizar esses papéis apenas como transitoriedade momentânea do nosso fazer coletivo, é auxiliar a transpor esses papéis para um campo de escuta e conversa que se manifeste como possibilidade de aprendizagem consciente em nosso cotidiano.

Sendo assim, é fundamental considerar o aspecto relacional que intermedeia os diversos sujeitos que constituem essa rede. Segundo Figueiredo (1995) a condição constituinte da existência do ser humano é relacional, ou seja, revela-se no encontro com o outro. São essas situações de encontro intersubjetivo que propiciam, no cotidiano da vida, mudanças para o desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, bem como as formas de convivência no mundo e com os outros, vendo e sendo visto, ouvindo e sendo ouvido. Neste sentido, Rocha (2006) ressalta que a diferença não se constitui nas características das pessoas, mas são efeitos de diferenciação que se produzem a partir de nossos encontros.

Segundo Drica Guzzi (2008), a grande questão que está se formando é a capacidade educativa e cultural de se usar a Internet. Uma vez que toda a informação está na rede ou seja, o conhecimento codificado, mas não aquele de que se necessita, trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, como transformá-la em conhecimento específico para se fazer aquilo que se quer fazer.

É essa capacidade de aprender a aprender; essa capacidade de saber o que fazer com que se aprende; essa capacidade é socialmente desigual e está ligada à origem social, à origem familiar, ao nível cultural, ao nível de educação. É aí que está, empiricamente falando, a divisória digital nesse momento. (CASTELLS, 2003, p. 367)

Considerando a relevância das ações em rede e a multiplicidade humana que compõe o campo relacional, o entre-pontos da rede, procuramos fundamentar os princípios orientadores que poderiam embasar as ações dentro de um programa.

Trabalhar por composição é um eixo orientador de nossas ações. Consideramos fundamental respeitar e acreditar na história, repertório e potencial de cada um. Compor, assim fundamentados, envolve que cada um explicita os conceitos em que cada um se baseia, escolha embates importantes a serem feitos, e colabore segundo seu interesse e desejo. A adesão se dá por escolha, com a aposta conjunta de que o embate de sentidos provocado pelo encontro amplia a complexidade na elaboração. No cotidiano, essas apostas envolvem transparência e o compartilhamento do conhecimento produzido, além do reconhecimento do caráter múltiplo, mutável e dinâmico do conhecimento - para não estabelecer práticas dogmáticas e unilaterais na transmissão de saberes. A busca de referências envolve o contato com as realidades do programa por meio de visitas, encontros e acompanhamento de ambientes online, atenção às falas nas formações e o mergulho em referências teóricas, além do debruçar-se sobre a prática para construir sentido a partir da experiência vivida. Sendo assim, procura-se proporcionar aos diferentes atores um ambiente em que sentidos, e não somente conteúdos, estejam vivos e pulsantes, acessíveis de formas diversas e sendo co-produzidos ao longo do processo. Maneira também pela qual eles podem ser apropriados de forma crítica e flexível.

O fio que permeia toda a tessitura criada a partir das ações desenvolvidas é o investimento e cuidado com as relações. Este cuidado implica uma constante atenção para o modo como nossas ações reverberam, a partir de uma escuta atenta e sensível aos dizeres do outro para além de sua racionalidade, incluindo aspectos afetivos na composição de seu pensamento e expressão. Compor, ter como valor o olhar atento para as singularidades, perceber o outro a partir do entendimento que fazemos de sua expressão é uma aposta de construção de coerência nos processos de trabalho colaborativo em rede. Coerência esta que se dá a partir do olhar para a apropriação e construção de sentido para as práticas e a criação de uma cultura, que se propaga e potencializa os processos mais relevantes.

A rede, portanto, passa a ser a estrutura orgânica que catalisa inteligências, o campo de

interação que faz emergir possibilidades de organização e reorganização de saberes, vivências e aprendizagem. É ela que permite novas topologias de conversas, desmistifica mediações de papéis sociais, e re-significa os meios de construção de conhecimento através da distribuição e descentralização da informação, bem como do acesso direto aos produtores da informação. Campo do emergente, a rede, do ponto de vista da geração da novas formas de organização.

“é o encadeamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas quanto aos componentes ou indivíduos. Ela assegura solidariedade e solidez relativa a estas ligações, assegurando então ao sistema uma certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias. A organização, portanto: transforma, produz, religa, mantém” (MORIN, 2002).

Novos espaços de relacionamento para o exercício da autonomia e novas formas de conversa são necessárias para sairmos das tradicionais armadilhas dos papéis sociais que exercemos no cotidiano de um projeto, novas formas de interação, novas formas de aprendizado, novas possibilidades de se pensar e executar uma política pública de inclusão digital surgem a partir dessa reflexão. A experiência de uma rede horizontal e colaborativa, que considera as singularidades dos indivíduos e dos grupos a que pertencem, pode se dar de diferentes formas. A vivência de processos de produção coletiva, a realização de rodas de conversa, de práticas de mapeamento e análise dos territórios, desejos e ideias dos usuários de um telecentro, entre outras ferramentas disparadoras de escuta e diálogo, levam em conta o conhecimento dos participantes, ultrapassando a concepção de que um tutor ou formador é a pessoa responsável em transmitir conhecimento.

A prática do diálogo favorece a construção de vínculos entre os participantes, e comumente gira em torno de assuntos que são comuns e de interesse espontâneo ao grupo, compartilhando percepções, desenvolvendo a comunicação, colaboração e inovação de práticas. A aposta é que as pessoas tendem a continuar conversando no ambiente da web, fortalecendo as suas próprias redes através do uso de ferramentas digitais para o compartilhamento de soluções de situações comuns ao universo de seus espaços de relação.

“Para facilitar projetos colaborativos tivemos que estabelecer uma ponte entre as ações possíveis no ambiente on-line e as mais diversas formas de conversação de grupos off-line. Pois estamos em redes... vivemos em redes. Sejam redes hiperconectadas, sejam redes off-line. A diferença não está no

conceito, mas na velocidade, tempo e outras formas de catalisação do conhecimento humano. E o objetivo aqui é o conversar, o estabelecimento de uma dinâmica da conversação, para que a informação circule livremente. Criar o espírito da conversação e ativar uma rede.” (Dimantas e Martins ,2007).

Ativar redes, criar espaços relacionais, desenvolver ações para apropriação de tecnologia e ampliar processos de participação pública exige uma visão que integre múltiplos olhares e seja essencialmente sistêmica na forma de conceber a gestão do programa. Atuar demasiadamente em uma área significa especialização e falta de contato com outras dimensões, levando a um nível de alienação de potencialidades que pode levar ao isolamento do projeto entre seus próprios números e demandas de centralização da informação. É necessária uma ecologia de ações que tenha por objetivo integrar dimensões e dar visibilidade aos processos que fundamentam a criação de um projeto de inclusão digital. A ecologia de ações vira um mapa do território conceitual e prático onde habitamos em nosso cotidiano na execução e avaliação do programa. É uma referência que auxilia a manter a coerência e consistência, organizando e orientando nosso fazer.

## 2. Proposta de dispositivos para programas de inclusão digital

Dado esse contexto inicial, apresentamos na tabela 1, a seguir, uma proposta de ecologia de dispositivos e ações para um projeto de inclusão digital. Logo abaixo, descrevemos em detalhes cada um dos dispositivos propostos.

Ações	Dispositivos				
	Projetos	Formação	Monitoramento	Internet	Pesquisa
Ativar redes locais, regionais e nacionais	X	X		X	
Despertar autonomia pela livre apropriação de tecnologia	X	X			
Ampliar espaços e meios para participação pública			X	X	
Criar novos espaços relacionais de conversação	X	X		X	
Avaliar percepção e impacto das ações			X		X
Pesquisar novas tendências e revisão conceitual					X

Tabela 1 – Ecologia de ações

### 2.1 Formação

**Ações:** ativar redes locais, regionais e nacionais, despertar autonomia pela livre apropriação de tecnologia e criar novos espaços relacionais de conversação.

O dispositivo **formação** é visto como a possibilidade de realizar encontros, sejam presenciais ou à distância, com os participantes do programa baseado em seus temas de interesses. A perspectiva da capacitação como um espaço de encontro é ponto fundamental do ponto de vista da metodologia que utilizamos, dado que não focamos na transferência de um conteúdo específico ou na construção de conhecimento por parte dos participantes, mas sim no encontro como elemento que ative redes de conversas sobre temas de interesse, que conecte pessoas através de suas ideias e desejos, ampliando e conectando potências.

Entendemos que os temas das capacitações são temas geradores de conversas que convocam encontros, unindo monitores em pontos específicos do desenvolvimento do projeto. O conteúdo da capacitação é visto como meio, não como finalidade do evento. Tem por objetivo ativar uma conversa, convocando um encontro de pessoas interessadas naquele tema.

As redes de conversação, ativas a partir dos encontros de capacitação, se desdobram em múltiplas ações e projetos que utilizam os recursos de infra-estrutura física e lógica dos telecentros para sua livre apropriação e potencialização de suas ideias. A rede é rede de afetos, rede de encontros, rede de suporte, rede de conversas que ultrapassa os limites do programa, que se pauta pelo fluxo e ritmo de sua própria conversação, sendo o telecentro o elemento no território de convergência e experimentação.

Vista dessa forma a formação do programa adquire outros atributos e é pautada por novos princípios de ação:

- Utilizar conteúdo como elemento gerador de conversas;
- Valorizar as redes e espaços de conversação online locais, tais como listas de email, comunidades nas diferentes mídias sociais (Orkut, Facebook, Flickr, Youtube, Myspace, etc.), mapeando e dando visibilidade a essas redes, bem como possibilitando uma maior integração delas com os dispositivos de capacitação à distância do programa;
- Criar conteúdo flexível que possa ser integrado num ambiente para ensino à distância, também permitindo que esse conteúdo possa ser livremente apropriado em outros formatos, de tal maneira que os participantes possam utilizar esse material para desenvolvimento de projetos em seus próprios blogs e diferentes mídias sociais;
- Utilizar novas técnicas de conversação em grupo para atividades presenciais, tais como World Café, Espaço Aberto e Investigação Apreciativa, de forma a aproveitar a presença física dos monitores para ativar suas redes, conhecer e se acoplar com suas ideias e visões do projeto.

Como elemento de coerência com a própria metodologia centrada na ativação de redes

sociais que é utilizada para o desenvolvimento das capacitações, o processo de construção da pauta e dos temas da capacitação também é feito da mesma maneira. Ou seja, considerando a rede de formadores e instituições que serão atores do processo de formação, a sugestão como escolha metodológica não é de entregar um conteúdo específico para ser implantado por cada formador, mas sim de utilizar os Seminários presenciais para ativar a rede dos formadores nas escolhas e apostas dos modos de formar.

Os seminários são espaços importantes para a construção desse tipo de relação entre as instituições, sobretudo entre as pessoas, pois entendemos que essa ação de ativação, suporte e articulação dessa rede é um elemento vital e mais importante para o programa do que o próprio conteúdo que será desenvolvido, dado que menos sobre o quê iremos fazer e mais sobre o como iremos fazer é que reside o desafio de um programa de inclusão digital.

## **2.2 Projetos**

**Ações:** ativar redes locais, regionais e nacionais, despertar autonomia pela livre apropriação de tecnologia e criar novos espaços relacionais de conversação.

O dispositivo **Projetos** é visto como um espaço que utiliza a dinâmica de uma rede social de monitores e usuários do programa que tenham por objetivo utilizar o espaço do telecentro em um formato diferente do que o atendimento tradicional. Seja através de um desejo, de uma ideia de executar um curso, uma parceria com uma escola, uma ação com a prefeitura, com o centro comunitário, passar um filme, apoiar o professor na execução de uma aula, realizar uma reunião, documentar a história de um local, entre tantas outras possibilidades, a realização de projetos se torna um espaço para compartilhar, conversar, encontrar apoio e dar visibilidade a esse universo de ações.

A partir de diversos agentes produzindo e executando projetos, uma verdadeira rede de projetos surge de uma agregação de iniciativas e ações que visam despertar e potencializar as conversas em rede:

- Mapeamento, agregação e visibilidade das redes sociais que já são utilizadas pelos monitores e usuários do programa para conversarem sobre suas ideias, práticas e formas de uso do telecentro e suas regiões. Conhecer os blogs dos monitores, comunidades no Orkut, redes sociais de outros programas de inclusão digital e canais de comunicação já existentes é um ponto fundamental para dar relevância a essa rede, dado que ela já parte da potência existente e não apenas como mais um espaço de relação. Não atuamos criando uma nova rede, mas sim reconhecendo e potencializando as iniciativas já existentes, criando uma nova camada de rede de redes sob o contexto, visibilidade e articulação do programa;

- Módulo de formação que mostra possibilidades, formas de uso e apropriação da tecnologia dos telecentros para desenvolvimento de projetos. O módulo tem por objetivo catalisar conversas e apoiar na infra-estrutura para que as ideias possam virar ações, sendo documentadas e compartilhadas em rede;
- Transformar as conversas e fluxos de colaboração em torno da produção de projetos em um espaço relevante na Internet, ampliando a visibilidade e de pontos de contato em entre monitores e usuários;
- Realimentação da formação com as iniciativas desenvolvidas pelos monitores, formando um processo recursivo de prática e formação;
- Utilização de espaços presenciais para conversação e ativação da rede de projetistas, criando espaços para troca de experiências, exposição de ações e formação de novos grupos, realimentando o próprio sistema.

### **2.3 Internet**

**Ações:** ativar redes locais, regionais e nacionais, ampliar espaços e meios para participação pública e criar novos espaços relacionais de conversação.

O dispositivo **Internet** é visto como um espaço de divulgação de ações e conversação em rede nas mídias sociais, ampliando as possibilidades de interação e integração não só apenas com usuários e monitores dos telecentros, mas com o público em geral, interessado nas ações, conteúdos e conceitos desenvolvidos pelo projeto.

Utilizar das mídias sociais como espaços de presença do programa na Internet é ampliar pontos de contato, camadas de acesso, interação e participação pública. É expor o programa, seus resultados, processos, notícias e ideias em um ritmo recursivo que possibilita a conversação em rede onde as pessoas já se encontram, não tendo de necessariamente irem até o site do projeto para obterem tais informações.

Entendemos que interagir e divulgar o programa em canais como Orkut, Facebook, Twitter, Flickr e Youtube é uma tarefa fundamental do viver e estar em rede nos tempos atuais. É tornar a conversa flexível, ampliar seu poder de circulação, ampliar seu poder de ouvir críticas e comentários, ampliar seu poder de influenciar a rede a partir do filtro de relevância na escolha de temas e sentidos que irão circular nas redes.

A proposta é atuar a partir de uma visão sistêmica a partir de uma ecologia de ações na Internet:

- Criar e dar manutenção na produção de conteúdo para o portal do programa;

- Criar os canais do programa nas mídias sociais (Orkut, Facebook, Twitter, Flickr e Youtube);
- Integrar o portal com as mídias sociais (Orkut, Facebook, Twitter, Flickr e Youtube);
- Acompanhar continuamente os indicadores e dados relevantes que surgem da apropriação das mídias sociais por seus usuários, construindo um boletim periódico, que mostram os principais números, as principais conversas e amplia a apropriação dessas redes pelos diversos agentes que atuam no programa;
- Integrar o sistema de ensino à distância com o portal;
- Integrar as ações de projetos com o portal.

## **2.4 Monitoramento**

**Ações:** ampliar espaços e meios para participação pública e avaliar percepção e impacto das ações.

O dispositivo **Monitoramento** é visto como uma ação de interação e pesquisa qualitativa e quantitativa com os usuários e monitores, de maneira a mapear a sua visão a respeito de sua forma de uso e apropriação do programa.

Através de uma metodologia própria de pesquisa, consiste de uma operação online que tem por objetivo coletar informações através de bases de dados dos ambientes online utilizados pelo programa, além de questionários dos monitores e/ou usuários do programa. A partir dos dados coletados, diversos cruzamentos e análises são possíveis, dando uma visão geral a respeito de diversos itens fundamentais para o programa:

- Qual o estado e nível de satisfação dos usuários a respeito da infra-estrutura do programa;
- Como os usuários usam o telecentro e as ações oferecidas pelo programa;
- Como os monitores desenvolvem suas ações, suas principais questões, dúvidas e sugestões;
- O perfil dos monitores e/ou usuários;
- O nível de penetração das tecnologias da informação e comunicação nas regiões;
- A relação dos monitores e/ou usuários com as ferramentas de comunicação com o programa.

O monitoramento se torna, dessa maneira, um dispositivo que amplia a participação pública dos usuários e monitores do programa, pois cria um canal de escuta qualitativo e quantitativo que expressa suas opiniões, dá relevância e se torna um instrumento de avaliação para a gestão do programa.

## **2.5 Pesquisa**

**Ações:** avaliar percepção e impacto das ações e pesquisar novas tendências e revisão conceitual.

O dispositivo **Pesquisa** é visto como um espaço de pesquisa, reflexão e análise do que vem sendo executado no processo de implantação do programa. Seja mapeando textos de referências, pesquisando outras iniciativas, criando espaço e campo de reflexão sobre nossas próprias ações, A pesquisa é um braço acadêmico que busca respirar outros ares que os das ações executivas do projeto.

Torna-se um elemento de contínua capacitação da própria equipe de coordenação do programa, problematizando questões, apontando processos e ampliando campos de discussão fundamentais num cenário tão amplo e rico como a inclusão digital e as redes sociais.

### **3. Encaminhamentos**

Procuramos localizar escolhas e modos de pensar a respeito de um programa de inclusão digital que permita expandir as possibilidades de ação, intervenção e apropriação dos recursos tecnológicos com vistas a processos de inclusão baseados em ativação de redes sociais. Descrever essas escolhas como dispositivos de ação tem por objetivo facilitar a visualização de como pode se dar sua aplicação em experiências práticas, que possam ser aplicadas por gestores de programas atuando em políticas públicas em seus diferentes âmbitos de ação.

Entendemos que essa abordagem permite ampliarmos o debate e incluímos novos elementos de reflexão quando nos propomos a pensar políticas públicas na área de inclusão digital. É a partir de novas categorias de análise que o espaço de possibilidades do viável se expande e novas condições de atuação social podem ser desenhadas, experimentadas e contextualizadas.

Experimentar formas de relatar a aplicação de cada um desses dispositivos, bem como de dar visibilidade a seus principais resultados tem sido o ponto que temos desenvolvido em nossas pesquisas atuais, visando dar continuidade ao mapeamento de possibilidades e formas de ação para a produção de programas de inclusão digital.

### **4. Bibliografia**

CASTELLS, Manuel. Internet e Sociedade em Rede, In: Moraes, Dênis de (org.). Por Uma Outra Comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder. Editora Record. 2003.

COSTA, Rogério. Inteligência coletiva, comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica. Famecos, n. 37, p. 61-68, 2008.

DIMANTAS, Hernani; MARTINS, Dalton. Em busca da ativação. Le Monde Diplomatique, 2007.

DIMANTAS, Hernani. Um vigiar colaborativo. Marketing Hacker. 2009. Em: [www.marketinghacker.com.br](http://www.marketinghacker.com.br). Acessado em 10/05/2011.

FIGUEIREDO, Luis Claudio. Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos. Editora Escuta. 1995.

GUZZI, Drica. Programa de Capacitação Continuada. Escola do Futuro. Universidade de São Paulo. 2008

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. A multidão. Editora Record. 2005.

MORIN, Edgar. O Método 1 - a natureza da natureza. 2 ed. Editora Sulina. 2003

PASSOS, Eduardo. Prefácio. In.: Grupos: a afirmação de um simulacro. Benevides, Regina. Editora UFRGS. 2007